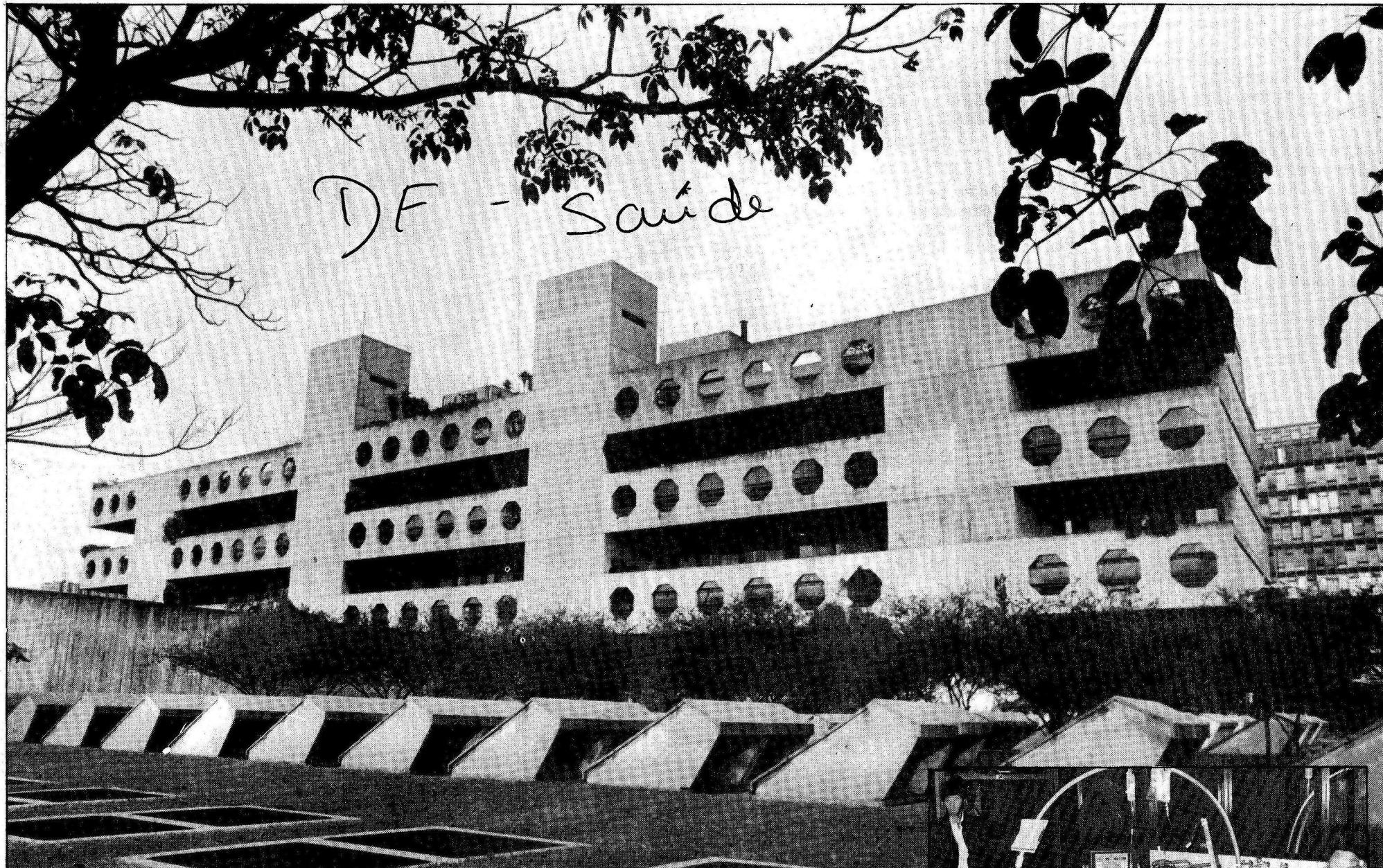
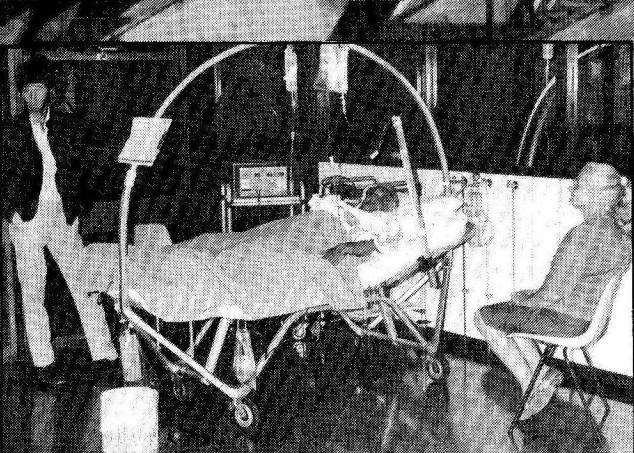


S
A
R
A
H

FOTOS: RAIMUNDO PACCÓ



Com a nova lei o Sarah terá tudo para criar condições financeiras adequadas para os tratamentos ali realizados



A tecnologia utilizada é um dos destaques

GANHA AUTONOMIA

O presidente Fernando Collor sancionou ontem, com dois vetos, o projeto de lei que cria a Associação das Pioneiras Sociais. De acordo com os vetos, o Governo não vai submeter ao Congresso Nacional o Plano Plurianual de Atividades do Serviço Social da nova entidade, que celebrará con-

trato de gestão com o Ministério da Saúde, sem a fiscalização do Legislativo.

O presidente Fernando Collor, ao explicar os vetos, assinalou que os serviços sociais autônomos são paraestatais, isto é, não integram à administração pública federal indireta. Desta forma, estão fora

do controle e da fiscalização do Congresso previstos pela Constituição.

A Associação das Pioneiras Sociais, da qual faz parte o hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, especializado em doenças do aparelho locomotor, será supervisionada pelo Ministério da Saúde.

Terá que submeter o orçamento-programa anualmente ao Ministério e será fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União, principalmente no que se refere à aplicação de recursos.

No prazo de 90 dias, a partir da publicação da lei, o Poder Executivo extinguirá a Fundação das

Pioneiras Sociais. O patrimônio será incorporado ao Ministério da Saúde, e os servidores estáveis serão redistribuídos pela Secretaria da Administração Federal. Eles poderão ser contratados pela Associação das Pioneiras Sociais, desde que se exonerem ou se aposentem do serviço público.

Evasão de médicos foi o maior drama

A necessidade de se resgatar a autonomia administrativa do Sarah Kubitschek foi detectada pelo seu diretor e presidente da Fundação das Pioneiras Sociais, o médico Aloysio Campos da Paz. Ele considera que o Regime Jurídico Único (RJU), proposto pela Constituição Federal, deixava todos os hospitais filiados à fundação de mãos atadas, não podendo contratar pessoal qualificado e nem definir salários de acordo com critérios próprios.

O clímax da preocupação de Campos da Paz se deu este ano, quando ele percebeu que o Sarah, conhecido mundialmente como um dos mais avançados centros de medicina do aparelho locomotor, passou a operar com 50 por cento de sua capacidade. Além da evasão de profissionais, descontentes com os baixos salários impostos pelo RJU, o hospital era impedido de contratar novos profissionais, tanto no quadro específico de saúde quanto em seu sistema de tecnologia de ponta. Nesse período, o hospital ficou abarrotado de filas, compostas por pacientes que vinham de diversas partes do País. As consultas ocorriam pelo menos dois meses após suas marcações. O prazo só era menor quando o paciente se tratava de uma criança. Desesperado, Campos da Paz ameaçou demitir-se do comando da Pioneiras Sociais, caso o quadro caótico em que se inseria o hospital continuasse.

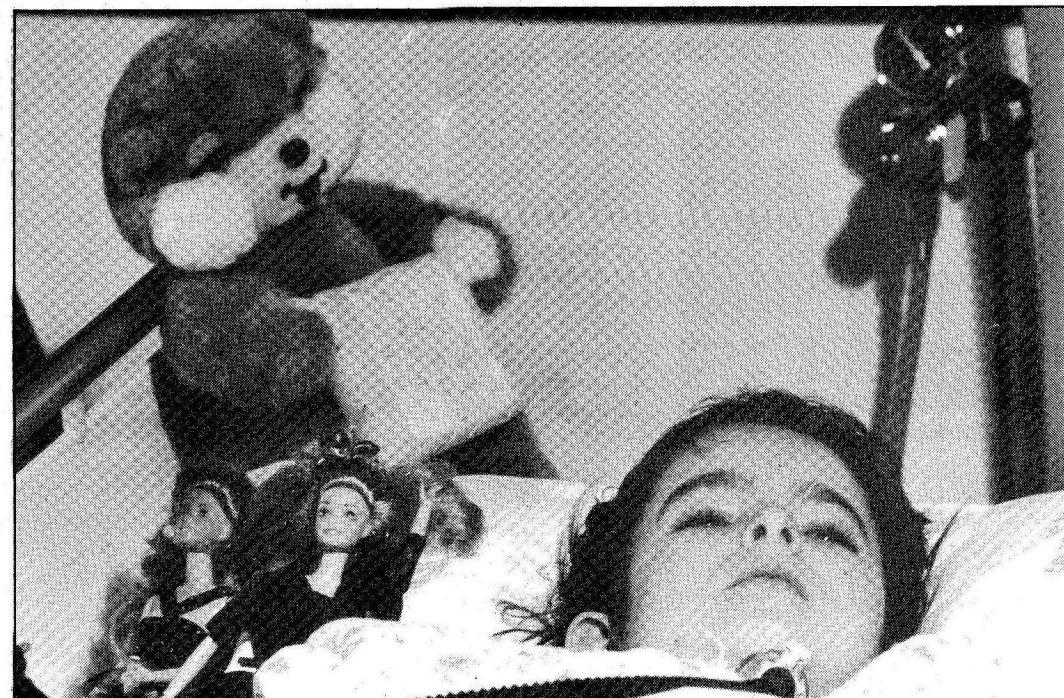
A luta do médico ganhou respaldo do presidente Fernando Collor de Mello que, em 25 de junho deste ano, enviou o projeto de lei nº 263 ao Congresso Nacional, determinando que a Pioneiras Sociais fosse transformada em associação, deixando de ser uma fundação regida pelos dogmas do serviço público. A tramitação do projeto foi bastante polêmica e começou na Comissão de Seguridade Social da Câmara, cujo relator foi o deputado Geraldo Alckmin (PSDB-SP), que deu parecer favorável à questão.

O deputado defendia que um hospital como o Sarah, um centro de excelência da medicina, não podia ser tratado como um simples posto de saúde de uma cidadinha do interior do País. Acrescentou que o hospital reclamava uma urgente reestruturação interna para que não fosse fadado ao fracasso.

O debate sobre o projeto na Comissão de Seguridade foi bastante tenso, princi-



Todo o tratamento que o hospital faz é gratuito para os pacientes



As crianças continuam a ter prioridade total de atendimento nessa nova fase do Sarah



Por ser uma das mais respeitadas instituições do gênero no mundo, a procura é grande

palmente entre os parlamentares. De um lado, os de partidos de esquerda, contrários à aprovação, e, de outro, os de centro e de direita, favoráveis ao retorno da autonomia administrativa do hospital. Os debates estenderam-se além do esperado e os deputados que não desejavam a aprovação chegaram ao ponto de pedir o adiamento da apreciação. No entanto,

venceu o pensamento dos que conseguiram detectar a urgência do resgate administrativo de um dos poucos exemplos nacionais em medicina do aparelho locomotor. O próximo passo foi levar o projeto 263 à plenária da Câmara, no mês passado, quando, depois de novas polêmicas, decidiu-se aprovar a proposta.

Senado — Depois da aprovação na Câmara, o projeto foi levado à apreciação do Senado Federal, também no mês passado. Com a nova aprovação, dezenas de funcionários do Sarah, que lotaram as galerias, aplaudiram a atitude dos parlamentares, comemorando mais uma vitória na dura e longa empreitada. O relator da sessão foi o senador Almir Gabriel

(PSDB-PA), que também é médico. Ele ressaltou, naquela ocasião que, com a nova lei, o hospital Sarah Kubitschek terá tudo para criar condições financeiras adequadas para que os funcionários trabalhem em regime de dedicação exclusiva, o que não ocorria desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988.